



Um planetário de obstáculos: O PCB, o Sindicalismo e os Movimentos Sociais em Alagoas (1980-1990)

A planetary of obstacles: The Brazilian Communist Party, Syndicalism and Social Movements in Alagoas (1980-1990)

Rodrigo José da Costa*

Resumo: O objetivo deste artigo é examinar a relação do PCB com o sindicalismo e os movimentos sociais em Alagoas durante a década de 1980. A atenção recairá inicialmente na configuração do movimento sindical brasileiro na transição da década de 1970 para a seguinte, compreendendo o processo de criação das centrais sindicais, a Central Única dos Trabalhadores de um lado e, de outro da Central Geral dos Trabalhadores. Em seguida faremos uma análise das dificuldades enfrentadas pelo PCB alagoano nas suas tentativas de inserção no movimento gremial no estado. Concluímos apresentado o difícil processo de rompimento dos pecebistas com a CGT e a sua adesão a CUT.

Palavras-chave: Partido Comunista Brasileiro; Sindicalismo; Movimentos Sociais.

Abstract: The purpose of this article is to examine the relationship between Brazilian Communist Party with trade unionism and social movements in the State of Alagoas during the 1980s. Attention will initially lie in the configuration of the Brazilian trade union movement in the transition from the 1970s to the next decade, including the process of creation of the union centrals, the Single Central of the Workers on the one hand, and the Central General Workers on the other. Then we will analyze the difficulties faced by the Alagoan PCB in its attempts to join the trade union movement in the state. We conclude the difficult process of disruption of the communists with the CGT and its adhesion to CUT.

Keywords: Brazilian Communist Party; Military dictatorship; Amnesty

* Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco.

Uma das principais características do PCB alagoano nas décadas de 1950 e 1960 foi, sem sombra de dúvida, a sua atuação no movimento operário. Sua capacidade de mobilização e direção, na época, lhe permitiram exercer uma hegemonia entre os sindicatos de trabalhadores urbanos no estado, além do papel preponderante assumido na formação dos organismos sindicais rurais a partir de 1963. Com efeito, era o Partido a principal corrente de esquerda no Comando Geral dos Trabalhadores de Alagoas (MOURA, 2012; COSTA, 2013). Com o golpe, a interferência no movimento sindical por parte do governo militar interrompeu a experiência vivenciada na primeira metade da década de 1960, seja com a prisão dos seus principais líderes – alguns dos quais tiveram que sair do estado posteriormente – e, no caso específico dos sindicatos de trabalhadores rurais, com a intervenção direta na montagem das suas direções.

Quando o PCB alagoano se reestruturou no início dos anos 1980 se, por um lado conseguiu ao longo da década se inserir, paulatinamente, na esfera política, galgando espaços de atuação, sobretudo depois de conseguido o registro legal em 1985, o inverso ocorreu com a sua presença nos movimentos sociais de uma forma geral e, no sindical de maneira específica. Isso pode ser verificado na própria documentação produzida, onde as menções ao trabalho sindical são sempre feitas no tocante ao planejamento para, em seguida virem os balanços, quase sempre negativos, acerca do trabalho realizado. Resgatar a atuação sindical do PCB alagoano na década de 1980 requereu captar as pequenas pistas deixadas nos documentos produzidos, além de recorrer indiretamente às publicações dos sindicatos com os quais o Partido manteve estreitas relações. Essa dificuldade de reconstituição, por si só, já oferece um indicativo dos problemas enfrentados na condução de uma esfera estratégica como era a sindical para uma agremiação como o PCB, que pensava a si próprio como a representação por excelência da classe operária.

Nas linhas que seguem é meu objetivo analisar a relação do PCB com o sindicalismo e os movimentos sociais em Alagoas durante a década de 1980. A atenção recairá inicialmente na configuração do movimento sindical brasileiro na transição da década de 1970 para a seguinte, compreendendo o processo de criação das centrais sindicais, a Central Única dos Trabalhadores de um lado e, de outro da Central Geral dos Trabalhadores. Depois, uma análise das dificuldades enfrentadas pelo PCB alagoano nas suas tentativas de inserção no movimento gremial no estado. Concluímos apresentado o difícil processo de rompimento dos pecebistas com a CGT e a sua adesão a CUT.

As fontes utilizadas neste trabalho tiveram o seu sustentáculo em dois acervos distintos, contudo, complementares. O primeiro compreende os documentos dos planos de

organização e de campanha nos processos eleitorais do PCB alagoano, organizados e publicados por Geraldo Majella no livro *O PCB em Alagoas: documentos (1982 – 1990)*. O segundo grupo foi originário do Fundo Geraldo Majella disponível no portal Memórias Reveladas (www.an.gov.br/mr). Assim como os documentos que foram compilados no livro, as fontes disponíveis neste fundo pertenceram durante muito tempo ao arquivo privado de Geraldo Majella, historiador alagoano e ex-militante comunista na década de 1980. Na vigência do Projeto Memórias Reveladas¹, em 2010, elas foram doadas ao Arquivo Público de Alagoas.

Também foram consultados alguns números do jornal *Voz da Unidade*, editado pelo PCB a partir de março de 1980, bem como algumas entrevistas realizadas com ex-militantes do PCB alagoano e livros de memória, publicados na última década.

O PCB, o “Novo Sindicalismo” e a CUT

Depois do “milagre” do início da década, o modelo econômico da ditadura entrou numa crise evidente no final dos anos 1970, e as dissidências cresciam no interior do próprio bloco de poder. Os militares iniciaram então uma transição lenta e gradual para a volta dos civis ao poder. A intenção de controlar o processo pelo alto ficava evidente na forma limitada das medidas “liberalizantes”, como o fim do AI-5, em 1978, a anistia política, em 1979, e a reorganização partidária. Esse projeto transição pelo enfrentaria, entretanto, uma vigorosa tensão contrária com o crescimento da ação organizada dos trabalhadores, através dos movimentos sociais.

De acordo com Ricardo Antunes e Marco Aurélio Santana, entre as décadas de 1970 e 1980, o movimento operário e sindical no país, viveu um momento de extrema importância para sua história: “Após o duro impacto do golpe militar de 1964, que lhe havia deixado pouco espaço de ação, o sindicalismo de corte classista voltava a cena, cobrando a ampliação dos espaços para a representação dos interesses da classe trabalhadora”(ANTUNES e SANTANA, 2014, p.128).

Ainda de acordo com os autores, o momento de ressurgimento do sindicalismo nacional foi caracterizado, em uma de suas dimensões, pela concorrência de projetos

¹ O Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil, denominado "Memórias Reveladas", foi institucionalizado pela Casa Civil da Presidência da República e implantado no Arquivo Nacional com a finalidade de reunir informações sobre os fatos da história política recente do País. Em novembro de 2005, foi assinado o decreto regulamentando a transferência para o Arquivo Nacional dos acervos dos extintos Conselho de Segurança Nacional, Comissão Geral de Investigações e Serviço Nacional de Informações, até então sob custódia da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). O Centro constitui um marco na democratização do acesso à informação.

políticos e sindicais entre setores da esquerda. Fruto dessa nova conjuntura, o “novo sindicalismo” era produto da confluência de variadas posições que se enfrentavam:

Ele propugnava uma ruptura com o passado, que teria sido de “colaboração de classe”, “reformista”, “conciliador”, “cupululista” etc. Direcionando muitas de suas críticas à estrutura sindical, o “novo sindicalismo” propunha “romper” com ela, articulando-se por vias alternativas. Caminhando nessa direção, organizou-se a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que a um só tempo, era fruto e motor do “novo sindicalismo” (Idem).

Quando os metalúrgicos do ABC paulista entraram em greve em 1978, abrindo caminho para a paralisação que se seguiu em outras categorias, eles rompiam com os limites estreitos estabelecidos pela lei antigreve, com o arrocho salarial e o silêncio geral ao qual havia sido forçada a classe trabalhadora desde a instauração da ditadura. Um dos fatores importantes para a deflagração do movimento foi, sem dúvida, a denúncia de que o regime militar, em 1973 e 1974, maquiara os índices de inflação, mascarando o verdadeiro patamar do custo de vida (SANTANA, 2010). A campanha salarial de 1978, em si, não trazia nenhuma novidade e acabou como as anteriores, homologando-se os índices oficiais. Porém a estratégia dos trabalhadores residia em desmascarar todo o processo. A política do sindicato, então, era trazer a público o que seria uma farsa de participação gerada pelo governo e deixar um vazio em termos da parte referente à representação dos trabalhadores.

Após a greve de 1978, tornaram-se possíveis outras mobilizações, em um processo que se consolidou e se ampliou com as greves de metalúrgicos em 1979 e 1980, às quais, em volume ainda maior que na anterior, se incorporaram outras categorias (bancários, petroleiros, professores etc.) em todo o país, em uma verdadeira ascensão da classe trabalhadora no Brasil do período.

Marco Aurélio Santana aponta que a PCB posição acerca da greve, e de outros movimentos que espalhavam pelo país, se desdobrou no plano sindical e no plano político geral. No primeiro, a perspectiva comunista era de uma análise positiva da greve, devendo evitar, contudo, o *triumfalismo*, evitando-se cair nos erros do passado. Acerca do segundo, o partido avaliou que o regime apresentava crescente debilitamento explicitado pelo ascenso dos movimentos populares em busca de seus direitos. Assim, esses movimentos e as lutas operárias teriam aberto uma primeira brecha em uma área das mais sensíveis do sistema (SANTANA, 2001, p. 185).

O ano de 1979 veria se desenvolver e aumentar a participação dos trabalhadores no cenário político nacional. Desde a greve de 1978 o movimento se desdobrara, espalhara e atingira diversas categorias e diversos estados. Maria Helena Moreira Alves afirma que em 1979, as greves foram empurradas para as ruas; os trabalhadores tiveram assim de organizar piquetes e enfrentar a polícia nas ruas das grandes cidades. Um novo esquema de organização e preparação de greves desenvolveu-se em 1979 com a greve dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. Ainda segundo a autora, ampliara-se significativamente o alcance das reivindicações dos trabalhadores: praticamente todas as categorias desejavam sobretudo melhores salários e condições de trabalho; alguns grupos, entretanto, demonstravam, além disso, interesse em pressionar o Congresso pela aprovação de novas leis:

Os professores, por exemplo, continuavam reivindicando a aprovação de seu estatuto. Os médicos queriam integrar-se à legislação trabalhista geral, para terem contrato de trabalho e acesso a benefícios sociais. Os operários da FIAT fizeram uma greve contra demissões, e posteriormente outra para forçar a empresa a readmitir um de seus principais líderes e dar estabilidade no emprego aos membros da comissão de fábrica. Tais exigências demonstravam que os trabalhadores cada vez mais se rebelavam contra as limitações da CLT. Questões como estabilidade no emprego, imunidade sindical para os membros das comissões de fábrica e direito de representação sindical nas oficinas configuravam um desafio direto as leis trabalhistas. Embora em muitos casos se dispusessem a discutir níveis salariais e condições de trabalho, em hipótese alguma os empregadores queriam negociar questões de representação sindical ou estabilidade no emprego (ALVES, 2005, p. 305).

Alves conclui que o ano de 1979 foi decisivo para a oposição à Ditadura como um todo. No processo de apoio aos grevistas estabeleceu-se uma rede funcional de alianças entre as organizações de base, os movimentos sociais ligados à Igreja e os sindicatos. A isto veio acrescentar-se o papel da oposição de elite, defendendo os grevistas e pressionando o governo a devolver os sindicatos aos dirigentes eleitos. Além disso, a Igreja Católica deu apoio decisivo aos metalúrgicos em abril e maio de 1979, chegando a permitir-lhes a utilização da catedral como sede sindical temporária (Ibidem, p. 310).

Em abril de 1980, uma nova greve dos metalúrgicos do ABC apresentou de forma clara não só as disposições de governo e empresários, mas, sobretudo, as limitações e restrições às quais se submetia o movimento operário e sindical brasileiro. Mais ainda, abriu uma clara distinção na lógica de ação dos diversos grupos que militavam no movimento; distinção que informará a atuação e relação desses grupos ao longo de toda década de 1980 (SANTANA, 2001, Op. Cit., p. 203). A paralisação concentrou-se na região do ABC paulista, sob a liderança de Lula. Thomas Skidmore assinala que, “desta vez o Ministério do Trabalho estava determinado a manter o controle do *front* de São Paulo, por isso apelou diretamente para o Tribunal do Trabalho, que decidiu em favor dos patrões” (SKIDMORE, 1988, p. 435).

O historiador estadunidense assevera ainda que naquele momento eram maiores os riscos para o governo militar. O presidente Figueiredo, há apenas um ano no poder, estava lutando para reconquistar o controle sobre os acontecimentos em São Paulo. Após uma semana o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, declarou a greve ilegal e desfechou violenta ação repressiva. A área de greve foi tomada pela polícia, pela inteligência do Exército e pelos agentes de segurança. Os piquetes foram atacados, e centenas de trabalhadores, presos. O ministério interveio nos sindicatos e destituiu seus dirigentes, inclusive Lula, que ficaram presos durante um mês. A seguir o governo proibiu as empresas de negociarem diretamente (Ibidem, p. 436).

A greve continuou e mais uma vez o público simpático ao movimento levantou dinheiro e forneceu comida aos trabalhadores parados. Políticos e ativistas da esquerda até alguns do centro se manifestaram em favor dos grevistas. A prisão de Lula e de outros líderes sindicais apenas fazia aumentar sua fama. No início de maio, após 41 dias de greve, os operários voltaram ao trabalho com suas reivindicações não atendidas (Idem).

Em maio de 1980, a *Voz da Unidade* publicou uma matéria na qual reafirmava o apoio à greve, reconhecia o revés parcial, fazia campanha pela liberdade de Lula e insistia na luta contra a Lei de Segurança Nacional². A preponderância conquistada pelo PT ao longo das greves de 1978, 1979 e 1980 é visível nas matérias veiculadas no jornal comunista que a partir de um determinado ponto, começa a ver com reservas a projeção que o Partido dos Trabalhadores começava a ganhar no cenário nacional. Ironicamente, era através das condutas do seu rival na condução do movimento dos trabalhadores que o PCB encontrava as respostas para as suas debilidades no movimento operário, como bem expressa uma matéria assinada por David Capistrano Filho no número 18 da *Voz*, na qual afirma que a

² “Os comunistas do ABC e a greve” In: *Voz da Unidade*. São Paulo, nº 08, 22/05 a 28/05/1980, p. 21.

“experiência ensinou aos comunistas que só com autonomia e liberdade sindicato reforça e amplia sua organização e luta”³.

Com o fim do ciclo grevista de 1978-80, começou-se a delinear um encontro nacional de entidades representantes dos trabalhadores. A comissão nacional encarregada de conduzir os preparativos para a I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras reuniu-se maio de 1981 pela primeira vez após ser eleita, em março daquele ano. Com a participação de entidades sindicais de 16 estados, a reunião foi realizada na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e deliberou sobre a pauta, os critérios de proporcionalidade e o texto convocatório para participação na Conclat, marcada para os dias 21, 22 e 23 de agosto⁴.

Nessa oportunidade, permaneceram os temas apresentados no anteprojeto da Conclat, formulado pela *Unidade Sindical*, agrupados nos seguintes pontos: Direito ao Trabalho, Sindicalismo, Previdência Social, Política Salarial e Econômica, Política Agrária e Problemas Nacionais. Sua discussão deveria orientar as reuniões preparatórias das diversas categorias de trabalhadores urbanos e rurais de todo o país, a partir dos quais seriam indicados os delegados⁵.

Ao longo dos meses que precederam o evento, os pecebistas intensificaram os debates sobre rumos a serem tomados pelo movimento sindical brasileiro. A tônica da *unidade* era frequentemente evocada nos longos artigos veiculados no jornal do PCB. É através de outro artigo assinado por David Capistrano Filho que podemos visualizar as expectativas que os comunistas traziam para a Conferência; segundo o articulista, “muitos sindicalistas acham que discutir política e economia não são tarefas da Conferência, mas dos partidos. E para os comunistas, isso seria amesquinhar esse encontro”⁶. Uma semana antes da realização do evento, uma outra matéria traz em seu título qual a convicção dos pecebistas sobre a Conclat: “Conclat deve unir e mobilizar trabalhadores contra o regime”⁷.

Foi com imenso júbilo que a edição número 70 saudou a abertura da Conclat no dia 21 de agosto. Segundo seu editorial:

³ CAPISTRANO FILHO, David. “Sem unidade movimento sindical não avança” In: *Voz da Unidade*. São Paulo, nº 18, 01/08 a 07/08/1980, p. 10.

⁴ “Conclat, em defesa do emprego e da democracia” In: *Voz da Unidade*. São Paulo, nº 57, 22/05/1981 a 28/05/1981, p. II.

⁵ Idem.

⁶ CAPISTRANO FILHO, David. “Conclat: sucesso, só com um debate amplo” In: *Voz da Unidade*. São Paulo, nº 62, 26/06/1981 a 02/07/1981, p. 12.

⁷ “Conclat deve unir e mobilizar trabalhadores contra o regime” In: *Voz da Unidade*. São Paulo, nº 69, 14/08/1981 a 21/08/1981, p. 8-9.

Reúnem-se os trabalhadores brasileiros, das mais diversas categorias profissionais, dos mais distantes pontos do território, na I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora – CONCLAT.

O simples fato de haver essa reunião nacional das mais expressivas forças do sindicalismo brasileiro – após 18 anos de isolamento imposto pela ditadura – permite retomar as melhores tradições do movimento operário e criar condições para o avanço de suas lutas e para a conquista de importantes vitórias.

Tratando-se de uma primeira reunião nacional após a longa noite ditatorial, num encontro de forças e correntes diversas, é natural que existam conflitos de opiniões e divergências, no modo de encarar a saída para os problemas que angustiam o povo brasileiro⁸.

Esses conflitos e divergências, contudo, não diminuiriam em nada a importância histórica do evento. Exigia-se, pois, dos sindicalistas mais consequentes um esforço unitário redobrado, na certeza de que somente pela construção de uma plataforma comum de luta e pela superação da dissensão de grupos e antipatias pessoais, seria possível fazer avançar o processo de conquistas do proletariado.

O importante é que reunidas estavam as mais combativas lideranças e as mais destacadas organizações sindicais, da cidade e do campo, para examinar a realidade brasileira, para unir numa coordenação única o movimento sindical e propor alternativas à própria sociedade. Segundo a ótica pecebista, o país se encontrava mergulhado na mais grave crise de sua história, em consequência da política adotada pelos golpistas de 1964. Aos representantes dos trabalhadores, reunidos na CONCLAT, competia estudar e propor medidas destinadas a desenvolver a economia nacional, estrangulada pela política recessiva imposta pelo Fundo Monetário Internacional e aplicada pelo Ministro da Economia, Delfim Neto⁹. A eles, delegados da Conferência caberia conduzir a luta pela reconquista da plenitude das liberdades democráticas, com a revogação da legislação autoritária ainda existente. Por fim, deviam conduzir a luta do povo brasileiro pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte destinada a criar um pacto social que refletisse a presença majoritária dos trabalhadores na sociedade, com a garantia de seus direitos, e que permitiria o desenvolvimento nacional autônomo, a reforma agrária e o bem-estar social.

⁸ “Conclat – vitória dos trabalhadores” In: *Voz da Unidade*. São Paulo, nº 70, 21/08/1981 a 27/08/1981, p. 1.

⁹ Idem.

Concluído o evento, na semana posterior, um artigo no periódico comunista caracterizou a Conferência da seguinte maneira:

Foram três dias de agitadas discussões, onde o plenário – apesar de tenso e agressivo – impôs a vontade da maioria dos delegados: a unidade e a independência do movimento sindical. A diversidade de opiniões não impediu, ao final, a formação de uma coordenação política nacional para constituição da CUT, representando sindicatos urbanos e rurais, reunindo as lideranças mais expressivas de todos os estados do país¹⁰.

Das principais resoluções definidas pelos 5200 delegados presentes à I Conclat – representando 1126 entidades de todos os estados do Brasil – a formação de uma Comissão Pró-CUT (Central Única dos Trabalhadores) foi a principal deliberação. Entre as atribuições da Comissão, a qual contava com 54 membros, dos quais 23 da área rural, estava a preparação e convocação de um novo congresso para agosto de 1982. A Conferência contara ainda com o apoio e solidariedade de diversos sindicalistas internacionais, de representantes de entidades democráticas como José Gregori da Comissão de Justiça e Paz, Ricardo de Carvalho da Associação Brasileira de Imprensa. Aldo Rebello da União Nacional dos Estudantes e os deputados Ulisses Guimarães, Antonio Resk, Alberto Goldman, Audálio Dantas e Roberto Freire, todos do PMDB¹¹.

Além da criação da Comissão Pró-CUT, foi estabelecido que no dia 1º de outubro ocorreria um dia nacional de lutas, o qual consistiria em vários movimentos no país, conforme o grau de mobilização e conscientização de cada região, que seriam simultâneos à entrega das resoluções dos trabalhadores ao governo, tendo este último um prazo para responder às reivindicações até o dia 15 de novembro.

Em Maceió, o Dia Nacional de Luta foi marcado pela realização de um ato público em frente à Assembleia Legislativa e contou com cerca de 500 pessoas. A intervenção mais contundente foi a do representante da União das Nações Indígenas, Hibes Menino de Freitas. Ele garantiu que não deixaria nunca de participar deste dia Nacional de Luta porque “não sou só um trabalhador, mas também sou um índio que ao lado de meus companheiros vive massacrado e oprimido por esse governo. Para o governo seria interessante que o índio

¹⁰ “Entre vaias e aplausos, nas discussões prevaleceu a unidade” In: *Voz da Unidade*. São Paulo, nº 71, 28/08/1981 a 03/09/1981, p. 8-9.

¹¹ “Conclat: venceu a política de unidade” In: *Voz da Unidade*. São Paulo, nº 71, 28/08/1981 a 03/09/1981, p. 6.

continuasse numa tanga para poder ser cada vez mais trucidado dentro das selvas. Não queremos ser tratados como bichos, queremos ser tratados como gente”¹².

O cientista político brasileiro Leôncio Martins Rodrigues aponta que apesar de todas as divergências, conflitos, desconfianças e recíprocas hostilidades, foi possível na Primeira Conclat chegar-se a um acordo no sentido de se eleger uma Comissão Nacional Pró-CUT através de uma chapa única formada por 56 sindicalistas rurais e urbanos de todas as tendências. Essa coordenação deveria preparar, para o ano seguinte, 1982, um novo congresso para a formação de uma central única de trabalhadores (RODRIGUES, 1991, p. 32).

Apesar da eleição da comissão pró-CUT, os conflitos no interior da comissão não possibilitaram a realização do congresso em 1982 e acabaram por precipitar a cisão no interior da Conclat e do sindicalismo brasileiro. A ala mais à esquerda, formada pelo chamado bloco combativo, estava em minoria no interior da Comissão Nacional. Apesar de pressionar em favor da realização do próximo congresso, não conseguiu êxito. Os sindicalistas da Unidade Sindical, denominado também Bloco da Reforma, alegavam que não havia condições para a preparação, no ano seguinte, de um grande congresso nacional. Além disso, argumentavam que 1982, ano de importantes eleições, não seria propício para a realização do Conclat.

Ainda de acordo com Rodrigues, outras divergências que transpareciam na questão da unicidade, da contribuição sindical, do papel das federações e confederações na futura CUT, da greve geral, etc. espelhavam, na realidade, diferentes concepções políticas e doutrinárias relativas ao papel do sindicalismo na sociedade brasileira (Ibidem, p. 33). No caso específico da central a ser criada, as facções mais à esquerda eram favoráveis a uma entidade mais ampla, de modo a dar espaço às “oposições sindicais e a reduzir o papel das federações e confederações. A proposta de realização de uma greve geral, com um ultimato ao governo, caso as reivindicações apresentadas pela Conclat não fossem aceitas, constituiu outro ponto de discórdia. Na impossibilidade de um consenso, o bloco mais à esquerda decidiu convocar por sua conta, para 1983, o Primeiro Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, que recebeu também o nome de Conclat.

O congresso acabou por só acontecer em novembro de 1983, novamente em Praia Grande, interior de São Paulo. Para o PCB, seria um novo momento de organização e unificação do movimento sindical. A eleição de uma coordenação nacional de confederações, federações e sindicatos que desse vazão ao anseio de mudança, contra a crise,

¹² “Em 1º de outubro o sindicalismo brasileiro mostrou que está recuperando sua força” In: *Voz da Unidade*. São Paulo, nº 77, 09/10/1981 a 16/10/1981, p. 8.

a recessão e pela democracia, e que tomasse conta do mundo do trabalho brasileiro¹³. Ao final dos trabalhos, o documento oficial do evento, a Carta de Praia Grande, aprovada em 6 de novembro, foi reproduzida na íntegra na *Voz*, em determinado trecho, afirma que

Finalmente, estamos conscientes de que só a ação decidida dos trabalhadores da cidade e do campo, em conjunto com todas as forças democráticas da sociedade brasileira, será capaz de assegurar uma saída para a crise que não seja apenas um consenso das elites, mas que reflita os justos anseios do conjunto do nosso povo, e garanta a consolidação da democracia e a preservação da soberania em nosso país¹⁴.

Nos detendo por um momento neste evento, é importante apontar uma particularidade apontada por Marco Aurélio Santana e Ricardo Antunes a respeito desse encontro. Os autores assinalam que em 1983, o clima de tensão e divisão entre os “combativos” e a Unidade Sindical já parecia sem retorno (SANTANA e ANTUNES, 2007, p. 392). Para além de outras divergências, a grande questão se estabelecia a partir do fato de que os “combativos”, que já desde 1982 se articulavam com setores do movimento social e popular na Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS), insistiam na ampliação dos espaços de participação das oposições sindicais; já a Unidade Sindical, ancorada na estrutura sindical vigente, não aceitava tal ampliação, insistindo em manter um caráter mais *cupulista*, em que só dirigentes sindicais deveriam participar.

De acordo com os autores, dispostos a sustentar o que fora definido anteriormente, os setores ligados a ANAMPOS resolveram manter as datas de 26, 27 e 28 de agosto de 1983 para a realização do encontro. Sem a participação dos setores vinculados à Unidade Sindical, o encontro foi realizado em São Bernardo do Campo (SP), ocasião na qual foi fundada a Central Única dos Trabalhadores. Diante da efetivação da ruptura, convocada pela ANAMPOS, a Unidade Sindical resolveu organizar outro congresso para novembro, ou seja, a Conclat acima mencionada, seguindo proposta do PCB, não criou uma central sindical, mas uma coordenação sindical, que, entretanto, ratificou a divisão orgânica do movimento sindical brasileiro (Ibidem, p.393). Para Santana e Antunes, essa divisão consolidava a separação anterior. Dessa forma, as tensões existentes entre as análises e avaliações sindicais

¹³ “Conclat discutirá alternativa para saída da crise” In: *Voz da Unidade*. São Paulo, nº 177, 03/11/1983 a 09/11/1983, p. 1.

¹⁴ “Conclat é força dos trabalhadores para lutar pela democracia e contra o arrocho” In: *Voz da Unidade*. São Paulo, nº 178, 10/11/1983 a 16/11/1983, p. 1.

dos comunistas do PCB e aquelas ligadas ao sindicalismo “combativo” e ao PT acabaram atingindo rapidamente o ponto de maior intensidade. Os grupos representados no interior do sindicalismo “autêntico” e no PT seriam adversários de envergadura e disposição que o PCB jamais havia enfrentado (Ibidem, p. 394).

A década de 1980 iria assistir ao intenso fortalecimento da CUT. Com o “novo sindicalismo” avançando rapidamente, os pecebistas, ainda que continuassem com certo apelo à unidade, indicavam claramente que os caminhos dos setores envolvidos no movimento sindical seriam diferentes.

O PCB alagoano e o desafio da inserção sindical

Enquanto a Direção Nacional do PCB se via as voltas com os rumos que o sindicalismo brasileiro tomava, a opção pela “combatividade” ou pela *unidade*, a adesão ou não a CUT, em Alagoas, os obstáculos eram outros. Em um cenário no qual o Partido buscava reconstituir um espaço de atuação público, o trabalho junto aos sindicatos e a outros movimentos sociais seria por definição o principal norte da militância pecebista. Todavia, a realidade do início dos anos 1980 apresentava uma configuração bastante diferente em relação àquela da segunda metade dos anos 1950 até 1964, época na qual o PCB desempenhara um papel hegemônico no movimento dos trabalhadores alagoanos.

Rememorando a sua atuação como militante pecebista, Cícero Péricles afirma que a grande dificuldade enfrentada pelo Partido no trabalho sindical residia na drástica transformação dos ramos da atividade econômica: das fabricas têxteis, algumas tinham encerrado a sua produção enquanto que as restantes caminhavam para destino análogo; no porto de Maceió, o processo de mecanização levou a uma diminuição do número de trabalhadores além da extinção de categorias de trabalho contíguas¹⁵.

Geraldo Majella, por sua vez, aponta que não havia um núcleo muito expressivo de sindicatos com uma perspectiva combativa, senão algumas diretorias com este perfil, ao mesmo tempo envolvidas com a discussão da criação de uma nova central sindical e da rearticulação do movimento sindical¹⁶. Ainda de acordo com ele, havia várias questões a serem pensadas naquele momento, tais como a estreita vinculação do movimento sindical ao ministério do trabalho:

¹⁵ Entrevista de Cícero Péricles de Oliveira Carvalho, concedida ao autor em 04/09/2015.

¹⁶ Entrevista de Geraldo de Majella Fidélis de Moura Marques, concedida ao autor em 05/09/2015.

(...) nos estados, a Delegacia Regional do Trabalho (...) então, o Delegado Regional do Trabalho, ele tinha um peso muito grande, sobretudo no sentido da punição aos dirigentes sindicais que eles identificavam como de esquerda, comunista ou subversivo, que nome tivesse, ou que fizesse algum tipo de oposição mais veemente ao governo ou a política econômica do governo...¹⁷

Desta maneira, neste tópico procuraremos reconstituir a relação do PCB com o movimento dos trabalhadores alagoanos buscando as matérias publicadas na *Voz da Unidade*. Essa abordagem indireta resulta do fato de que há uma lacuna nos documentos do PCB alagoano a respeito da inserção da agremiação no movimento operário de forma específica, bem como com os movimentos sociais de uma maneira geral. Sempre que possível faremos a analogia do material colhido na *Voz* com as publicações sindicais locais.

Em junho de 1981, enquanto a expectativa pela realização da primeira Conclat dominava o debate dos comunistas no país, houve a eleição para a direção do Sindicato dos Jornalistas em Alagoas. A Chapa vencedora, era encabeçada por Dênis Agra¹⁸, a qual substituiria a diretoria presidida até então por Freitas Neto. Após o resultado, Freitas afirmou “os jornalistas alagoanos preferiram continuar unidos em seu sindicato com os que não fogem da luta”¹⁹. O Sindicato dos Jornalistas foi um dos poucos a entrar na luta aberta pela anistia para os presos políticos e contra a ditadura militar. Durante a gestão de Freitas Neto foi deflagrada a primeira greve dos jornalistas de Alagoas. A greve de 1979 conseguiu paralisar todas as redações e colocou os patrões na mesa de negociação.

Através de algumas edições do seu jornal *Voz dos Jornalistas*, podemos vislumbrar um pouco da sua linha de atuação. Fazendo uma defesa intransigente da liberdade de imprensa ao mesmo tempo em que criticava a Lei de Segurança Nacional, o Sindicato dos Jornalistas, através do seu periódico, formou uma trincheira significativa na primeira metade dos anos 1980 em Alagoas. Outras matérias consistiam na denúncia das condições de vida dos trabalhadores alagoanos, da grave crise econômica vivida pelo país e, principalmente, da ação de grupos de extermínio paramilitares no estado.

Em 1984, novamente a chapa apoiada pela direção venceu as eleições. Segundo a *Voz da Unidade*:

¹⁷ Idem.

¹⁸ Para mais informações sobre a trajetória de Dênis Agra ver MAJELLA, Geraldo de. *Um jornalista em defesa da liberdade*. Recife: Bagaço, 2014.

¹⁹ “Jornalistas alagoanos” In: *Voz da Unidade*. São Paulo, nº 62, 26/06/1981 a 02/07/1981, p. 10.

Os jornalistas comemoraram a grande vitória do sindicalismo democrático alagoano no dia 28 passado, quando foram realizadas eleições para o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Alagoas. Venceu Chapa 1 – Mobilização, com 165 votos, contra apenas 83 votos da Chapa 2 – Renovação-Já, apoiada pelos patrões, com nítido empenho divisionista.

Enquanto a chapa vitoriosa fez toda a sua campanha baseada em propostas de luta por melhores salários, eleições diretas para presidente, fortalecimento da categoria através de um sindicato livre e forte, a chapa apoiada pelo patronato defendeu propostas assistencialistas e centralizou sua campanha em calúnias e difamações contra os candidatos da Chapa 1²⁰.

Em sua direção, o Sindicato dos Jornalistas não tinha uma predominância de membro do PCB, porém, foi um dos principais de canais de expressão pública do Partido, antes desse conseguir a sua legalização em 1985, além do que, alguns dos membros eleitos para a Direção Sindical viriam, posteriormente, engrossar as fileiras do PCB como por exemplo, Freitas Neto em 1986 e Régis Cavalcante em 1989.

Ainda em julho de 1984, o periódico pecebista veiculou uma matéria sobre a eleição de outras duas categorias profissionais, a saber, a dos bancários e dos metalúrgicos. Apontadas como “vitórias expressivas do movimento sindical alagoano”:

Na eleição para o Sindicato dos Bancários – há vinte anos nas mãos dos agentes dos patrões – a oposição conseguiu 652 votos, contra os 287 sufrágios da chapa situacionista. O bancário Claudionor Araújo, do Banco do Brasil, foi o novo presidente da entidade.

No sindicato dos Metalúrgicos – há mais de 15 anos dominado pelo peleguismo, o resultado também não foi menos expressivo: dos 615 associados votantes, 350 sufragaram a Chapa 2, elegendo o metalúrgico José Jobson presidente da entidade²¹.

De acordo com o articulista, as expressivas vitórias foram possíveis graças a uma política de alianças entre diversos segmentos democráticos, contra os interesses patronais incrustados nesses dois sindicatos, garantindo, também, a reeleição de Dênis Agra do

²⁰ “Mobilização no sindicato” In: *Voz da Unidade*. São Paulo, nº 208, 07/07/1984 a 13/07/1984, p. 13.

²¹ “Eleições/AL - Expressivas vitórias do sindicalismo democrático” In: *Voz da Unidade*. São Paulo, nº 210, 21/07/1984 a 27/07/1984, p. 15.

Sindicato dos Jornalistas, assegurando e continuidade de uma prática sindical combativa e independente nesta unidade.

A partir disso, nos é possível perceber que todas as correntes do movimento sindical apontadas como “democráticas” nas matérias publicadas na *Voz* se remetem, na verdade, as correntes apoiadas pelos pecebistas alagoanos. “Pelegos” ou “divisionistas” ainda que não nomeados com todas as letras, ocupam o lugar do “outro”, do diferente.

Quando a nova diretoria do Sindicato dos Bancários de Alagoas foi empossada em 31 de agosto de 1984, Claudionor Araújo, o novo presidente eleito, ratificou a disposição de luta da nova diretoria, dando como exemplo o engajamento na luta salarial da categoria, que, em Alagoas, representava mais de 8 mil trabalhadores. O presidente asseverou ainda sua “decepção com a intransigência patronal ao não apresentar nenhuma contraproposta concreta em evidente tentativa de desunir a categoria e desmobilizar sua luta salarial nacional”, afirmando, por fim, que “a categoria dos bancários continua disposta ao diálogo, embora o estágio atual das negociações indique ser o dissídio o único caminho restante”²².

É sobretudo através dos boletins chamados *Oposição Bancária* que podemos vislumbrar alguns elementos acerca da presença do Sindicato dos Bancários no cenário político alagoano da primeira metade da década de 1980. Concebido como material de campanha da chapa de oposição encabeçada por Araújo, nas páginas do *Oposição Bancária* predominam questões de cunho econômico e trabalhista, sem, no entanto, deixar de estar presentes as pautas políticas e a palavra-de-ordem “Diretas-Já!”.

A primeira menção em um documento do PCB alagoano, do que deveria ser executado no movimento sindical só aparece em uma proposta de discussão de meados de 1985, depois de obtida legalização. Apontado como

Palco privilegiado de atuação dos comunistas, o Movimento Sindical em Alagoas sofre o seu atraso crônico, reflexo do atraso social e político em que vivem as massas alagoanas. Além de seus aspectos estruturais, temos também o fato da divisão no Movimento Sindical, onde as duas correntes sindicais nacionais – CONCLAT e CUT – serviram como pontos de apoio para uma divisão no M. Sindical já em dificuldades pela excessiva partidarização política em suas atividades normais²³.

²² “Maceió – Bancários com nova diretoria” In: *Voz da Unidade*. São Paulo, nº 217, 08/09/1984 a 14/09/1984, p. 10.

²³ “Teses – rascunhos” In *Comunicações Internas*. Banco de dados Memórias Reveladas - BDMR, Arquivo Público de Alagoas - APA, Coleção Geraldo de Majella Marques - CGMM, Série Partidos Políticos, Subsérie Partido Comunista Brasileiro - PCB.

Das outras adversidades aludidas, a inexistência de uma classe operária numerosa, “a falta (pouca) de tradição no M. Sindical de lutas econômicas e políticas, o forte controle político por parte do Governo e do patronato tanto no Movimento Sindical Rural quanto urbano e a fragilidade das forças progressistas resultam no incipiente M. Sindical de Alagoas”. Diante desse panorama, a participação pecebista deveria levar em conta esses fatores. Lutando pela Unidade Sindical, deveriam levar todas as suas forças internas organizadas para dentro e junto das organizações de trabalhadores. A intervenção deveria ser dada de forma constante e organizada, buscando superar as limitações orgânicas e a pouca influência no movimento dos trabalhadores.

Se as perspectivas no âmbito sindical não eram animadoras, o documento previa alternativas, dentre elas, a busca de inserção no movimento comunitário, feminino e juvenil. Sobre o primeiro, os comunistas, pioneiros na organização do movimento popular urbano, deveriam dedicar uma atenção especial ao desenvolvimento das associações de bairros e favelas, à defesa dos seus interesses específicos, procurando encaminhá-los cada vez mais para as lutas pelas liberdades democráticas, à base de uma política ampla e unitária.

Destrinchando a evolução da questão urbana no estado, foi com o processo de urbanização acelerado ocorrido na década de 1970 e a correspondente degradação do meio urbano que os habitantes da cidade iniciaram sua resposta através do Movimento Comunitário “que seria a reação natural de uma sociedade sem canais de representação política, já que seus partidos, sindicatos e entidades de cunho democrático estavam ou proibidos ou funcionavam sem vinculação com a realidade diária”²⁴. Assim, o Movimento de Bairros havia crescido e se afirmado como um dos mais importantes fatos políticos das últimas décadas.

Em Alagoas os interesses de grupos e a perspectiva eleitoral havia facilitado a divisão deste Movimento. Três entidades gerais – UNICOM, FAMAL e FAMA – assumiam o papel de federação representativa dos moradores de Alagoas, no entanto “nenhuma das três entidades tem representatividade ou condições de servir de porta-voz dos milhares de moradores dos bairros da capital ou das cidades do Interior”. A proposta dos comunistas residia na unificação do Movimento Comunitário em torno de um programa comum a ser tirado e discutido em um Congresso Unificado e amplamente convocado. O fortalecimento

²⁴ Idem.

de uma federação dependia das associações de bairros e favelas, onde deveriam centralizar os trabalhos.

Sobre o movimento feminino, era fundamental combater a instrumentalização, e a partidarização das organizações femininas, as novas formas de manipulação da mulher e os preconceitos que ainda cercavam o movimento feminista e a sua centralidade na luta das mulheres e da sociedade pela sua emancipação. Segundo o documento, a participação das mulheres na política alagoana demonstrava o avanço por que ia passando a sociedade. Em Alagoas a participação feminina ainda era pequena, restringindo-se a uma pequena minoria, grosso modo de classe média, ainda sem uma proposta clara para a problemática feminina no estado:

A existência de uma entidade de mulheres em Maceió não ensejou a participação massiva dentro dela. A atividade desta entidade está mais ligada aos interesses partidários imediatos de um agrupamento político que a uma política mais ampla que envolva a parte constitutiva da metade dos alagoanos – as mulheres²⁵.

O encaminhamento dos pecebistas alagoanos em relação ao Movimento Feminino correspondia ao reconhecimento da especificidade da problemática feminina, com agravante deste Movimento acontecer em uma região culturalmente atrasada e economicamente dependente. Seu trabalho deveria estar voltado prioritariamente para as mulheres trabalhadoras onde as militantes deveriam realizar um trabalho específico junto aquelas que já participavam nas entidades da sociedade civil.

Por fim, no setor juvenil os comunistas entendiam que a conquista da juventude para o campo das forças democráticas seria tanto mais facilitada quanto estas assumissem a defesa dos direitos elementares da juventude: direito à moradia, direito ao lazer, aos esportes e à recreação, direito de livre acesso à cultura, direito à assistência médico-hospitalar e à alimentação. Uma atenção especial deve ser dedicada à juventude operária e popular, nos locais de trabalho e morada, nos sindicatos e organizações de bairro, favelas e empresas. Os comunistas tinham que se empenhar para que a juventude operária se organizasse e se transformasse na principal força do movimento juvenil.

De acordo com o documento a crise pela qual passava o Movimento Estudantil naquele momento decorria da absoluta falta de sintonia entre o discurso e a prática daqueles

²⁵ Idem.

que faziam política estudantil e de jovens, existindo um distanciamento entre as lideranças e a massa um fosso provocado pela incompreensão das reais necessidades dos jovens e estudantes. Assim, a não vinculação do trabalho político junto aos setores mais amplos, o desconhecimento da problemática juvenil, fazia das entidades estudantis meros biombos de reprodução da prática das organizações políticas que lá atuavam.

Na ótica pecebista, a resolução para esse fosso radicava-se no fortalecimento das entidades existentes, principalmente os Centro Acadêmicos e Grêmios Secundaristas, realizando uma política que motivasse a participação geral dos estudantes através de iniciativas culturais e recreativas, ligando-as com a problemática geral da vida brasileira.

A despeito dessa deliberação, não encontramos informações sobre a aplicação dessas teses nem tampouco de qualquer resultado prático de um trabalho efetivo realizado. Porém, uma declaração de Yuri Miranda sobre o trabalho com os movimentos sociais em Alagoas é bastante ilustrativa dos obstáculos enfrentados naquela quadra:

Acho que a gente não tinha muito essa pretensão (*sobre voltar a ser uma corrente hegemônica no movimento sindical alagoano*), talvez a gente achava que as forças estavam se organizando de outra forma no movimento, vamos dizer de servidores, em outras áreas (...) então, eu acho que não se tinha essa pretensão no primeiro momento. Claro que a gente teve muitas tentativas, porta de fábrica, contatos nossos, comícios, normalmente eram lá nas eleições, era na Socôco, em Fernão Velho. (*O*)saudosismo nosso era total. Era distrito de Saúde que praticamente não existia mais, um povoado, nem dormitório era, deixou de existir. O Freitas (*Neto*) lutou pra pessoal ser indenizado por tudo, em Fernão Velho, a gente sempre ia distribuir os panfletos das campanhas, então eram os mesmos bairros mortos: Rio Largo, Fernão Velho; então nós sempre tivemos a ilusão de tentar voltar a se inserir nesse processo, por capitanear pessoas que de alguma maneira antigamente já ouviram falar das lutas que foram promissoras, mas foi um grande engano. Eu acho que o Freitas perdeu a reeleição porque ele apostou muito no popular, no bairro, assim de uma forma achando que aquele trabalho do bairro dele ia manter, dar consistência aos (votos políticos) e não fez. (*Na*) nossa visão teria que ser a classe esclarecida, a classe média, a classe consciência, a classe que forma opinião é que importava na gente, apesar da gente ter isso como teoria. Às vezes, a gente descambava pra esse campo²⁶.

²⁶ Entrevista de Yuri Patrice Rocha de Miranda, concedida ao autor em 15/04/2016.

Na recém-inaugurada Nova República, as informações sobre a luta dos trabalhadores alagoanos chegaram até nós pela divulgação em matérias da *Voz da Unidade*. Em muitas oportunidades, são matérias de denúncia como por exemplo a declaração do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Alagoas, José Jobson, sobre as vítimas de graves acidentes no trabalho²⁷ e da situação vivenciada nas áreas rurais, como o ocorrido em União dos Palmares, onde um pároco local, o representante do Incra e um dirigente sindical foram ameaçados de morte²⁸.

Em julho de 1986, durante dois dias, 28 e 29 de julho, o sistema de transporte coletivo da capital alagoana esteve completamente paralisado, em decorrência da greve de motoristas, fiscais e cobradores. Intensamente reprimidos pela Polícia Militar, mais de 50 trabalhadores foram presos e um deles ferido. Segundo matéria veiculada na *Voz*, mesmo com a violência policial e “a completa adesão do superintendente municipal dos Transportes aos interesses dos empresários, o movimento conseguiu alcançar expressiva vitória parcial, levando os patrões à sua primeira derrota em vinte anos”²⁹.

Segundo o jornal, as conquistas alcançadas – 5% a título de antecipação, pagamento dos dias parados, estabilidade provisória e nenhuma punição aos grevistas – significou uma importante vitória da categoria. A greve, descrita como pacífica, organizada e unitária, contou o apoio de alguns parlamentares e candidatos da Frente Popular, dentre eles, Freitas Neto, vereador do PCB, Kátia Born e Fernando Costa, vereadores do PSB e Ronaldo Lessa, candidato a governador pela coligação.

Concluindo a matéria, o articulista assinala que a atitude firme dos parlamentares obrigou o prefeito Djalma Falcão “a sair de sua posição inerte e intervir junto ao governador para impedir a ação policial, além de convocar os trabalhadores e patrões a negociar. Além da combatividade da categoria, deve ser registrada a ação solidária dos militantes do PCB, PSB e PT ao movimento paredista. Desde o início da greve, militantes e lideranças sindicais do PCB atuaram intensamente”.

Em um extenso artigo de outubro de 1986, o destaque foi dado para a campanha salarial dos trabalhadores rurais das áreas canavieiras. Enfatizando que a qualquer momento os trabalhadores rurais, dos 56 municípios produtores de cana-de-açúcar

²⁷ “Três mil acidentes de trabalho graves por ano em Alagoas” In: *Voz da Unidade*. São Paulo, nº 302, 13/06/1986 a 19/06/1986, p. 6.

²⁸ “União dos Palmares: violência, medo e luta pela reforma agrária” In: *Voz da Unidade*. São Paulo, nº 304, 27/06/1986 a 03/07/1986, p. 6.

²⁹ “Greve para Maceió por dois dias” In: *Voz da Unidade*. São Paulo, nº 310, 08/08/1986 a 14/08/1986, p. 9.

poderiam entrar em greve geral por tempo indeterminado – caso os usineiros e plantadores de cana continuassem firmes no propósito de não atenderem as reivindicações de melhorias salariais pleiteadas pelos camponeses. A afirmação foi feita pelo Presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado – Fetag-AL, Luiz Ormino dos santos, oportunidade na qual acrescentou que, pela primeira vez se realizava uma pauta de reivindicação unificada para beneficiar os trabalhadores das zonas canavieiras dos estados da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas³⁰.

Segundo Ormino, os líderes dos sindicatos rurais de Alagoas, que reuniam mais de 400 mil camponeses decidiram negociar até o dia oito de outubro último um piso salarial de 1.200 cruzados, mensalmente; reajuste automático dos salários sempre que o índice do custo de vida atingisse cinco por cento, o cumprimento do decreto-lei 57.020, que dava direito ao trabalhador ter uma pequena área nas fazendas para cultivo de culturas de subsistência e criação de animais domésticos; pagamento pela limpeza, corte e lavagem da cana; além de outros que se resumem em melhorias salariais. Segundo ele

- Hoje, um trabalhador rural ganha, nestes municípios, que mantém a monocultura da cana, o salário de Cz\$ 813,93 centavos e além dos baixos salários há muita gente desrespeitando a legislação trabalhista. Por isso, nenhuma vantagem expressa através da CLT vem sendo paga ao camponês³¹.

Acrescentou também, que uma minuta de reivindicação dos trabalhadores seria encaminhada pela DRT aos patrões. O líder dos camponeses alagoanos ponderou ainda que “não nos interessa a greve. Agora, os patrões é que dirão qual o caminho que deveremos tomar para ter as nossas reivindicações atendidas”.

A matéria traz algumas declarações de membros dos órgãos patronais, como por exemplo, o presidente da Federação dos Agricultores de Alagoas, empresário João Carlos de Albuquerque, o qual asseverou não discutir o assunto: “Por enquanto não conhecemos, oficialmente, nenhum movimento reivindicatório e como o preço de tudo está congelado vamos aguardar o desenrolar dos acontecimentos para depois tomarmos um posicionamento sobre a matéria”. O presidente da Asplana, empresário João Eudes Leite Soares, afirmou que plantadores estavam pagando aos seus empregados o piso salarial de

³⁰ “Canavieiros de Alagoas pleiteiam Cz\$ 1200 e usineiros reagem” In: *Voz da Unidade*. São Paulo, nº 317, 03/10/1986 a 09/10/1986, p. 9.

³¹ *Idem*.

813 cruzados, “salário esse que já foi reajustado quando da implantação do Plano Cruzado. Um reajuste para 1.220 cruzados representaria um acréscimo na ordem de 50 por cento nas folhas de pagamentos, e isso, portanto, está fora de cogitação”. Ao mesmo tempo em que considerou a “reinvindicação absurda” o presidente da Asplana afirmou que poucos trabalhadores do campo percebem os 813 cruzados: “A grande maioria trabalha por produção e percebem diariamente de 33 a 35 cruzados, o que significa um salário bem maior que o piso atual”.

A matéria concluiu apontando que de acordo com os dados fornecidos pelo setor de estatística da Asplana, Alagoas contava com sete mil plantadores de cana-de-açúcar e pelo menos 70 por cento dos fornecedores tinha produção inferior a mil toneladas por safra. Na última safra, o estado havia batido o recorde de produção de açúcar para exportação e de álcool combustível – o estado era o segundo produtor nacional de álcool naquele momento – com os 56 municípios produzindo 25 milhões de toneladas de cana.

Ainda assim os patrões deixavam de cumprir suas obrigações para com os trabalhadores.

O presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Açúcar, José Fernandes dos Santos, informara que os trabalhadores da Usina Terra Nova, localizada no município do Pilar fizeram uma paralisação de dois dias porque os usineiros não estavam depositando as contribuições do PIS. “Os 600 trabalhadores voltaram a trabalhar no último dia 27, quando os patrões pagaram, em mãos, o PIS e se comprometeram a resolver a situação junto à Caixa Econômica Federal de Alagoas”³².

Em 12 dezembro de 1986, uma greve geral nacional organizada pela CGT e pela CUT paralisou, com formas e localização diferenciadas, cerca de 15 milhões de trabalhadores em 22 dos 23 estados do país. Em Alagoas, participaram, além da CUT e CGT, o PCB, PSB, PT e PCdoB. Houve uma adesão em massa dos funcionários públicos e da saúde além dos químicos e trabalhadores em transportes. Segundo a *Voz da Unidade*, houve em geral, adesão de todas as categorias, com o apoio total da população³³. Ainda segundo a matéria:

A violenta repressão foi comandada pelo governador e pelo secretário de Segurança, que utilizaram até o carro de bombeiros de Maceió no “serviço”. O comércio na capital alagoana fechou totalmente.

³² Idem.

³³ “Na Bahia, em Alagoas e Brasília, em todo o país os trabalhadores unidos” In: *Voz da Unidade*. São Paulo, nº 327, 19/12/1986 a 08/01/1987, p. II.

Em Alagoas, o movimento não teve êxito, apesar da grande movimentação registrada no centro de Maceió, caracterizada pela violência policial. No ato político realizado na capital alagoana, o jornalista e líder do PCB na Câmara Municipal local, Freitas Neto, destacou a importância da unidade do movimento, acrescentando que “a população está revoltada, e quer que Sarney recue nas medidas econômicas, buscando solução com congelamento real dos preços e moratória para a dívida externa”³⁴.

Em fevereiro de 1987, os vigilantes de Maceió também urdiram um movimento paredista descrito pelo jornal pecebista como vitorioso. Mesmo diante da violenta intervenção da polícia grevistas não se intimidaram e conquistaram o apoio de outras categorias na sua ação.

Depois de dias tentando negociações pacíficas e regimentais com o patronato e dada a intransigência desses últimos, os vigilantes entraram em greve, numa demonstração de firmeza e unidade organizaram uma passeata pelo centro de Maceió, organizaram piquetes nos locais de concentração, e fizeram paralisar 100% da categoria inclusive no Banco do Brasil³⁵.

Diante da prisão de dois dirigentes grevistas, a resposta da categoria em greve foi redobrar a combatividade e o nível de organização. Enquanto as negociações prosseguiram, os bancos e outras organizações dependentes do trabalho de segurança dos vigilantes permaneciam fechados. Segundo a matéria, em menos de 20 horas de greve, o patronato cedeu e concedeu 75% de reajuste sobre os salários vigentes em fevereiro. Mais o pagamento de 30% por horas extras após oito horas de trabalho; fardamento gratuito e reconhecimento oficial da data-base a partir de 1º de março do corrente ano. A greve dos vigilantes contou com o apoio decisivo da CGT e do Sindicato dos Bancários e da CUT.

Um grande número de pequenas greves envolvendo variadas categorias, como os estudantes, os eletricitários, e trabalhadores do porto, estouraram ao longo de 1987. O ponto alto dessas manifestações viria no dia 20 de agosto, em mais uma greve geral nacional organizada pela CGT e pela CUT. Em Alagoas, aderiram à greve os comerciários, condutores, urbanitários, bancários, professores, as categorias ligadas à saúde pública e estudantes. No final da tarde aconteceu uma manifestação no centro de Maceió, com uma

³⁴ Idem.

³⁵ “Luta vitoriosa dos vigilantes de Maceió” In: *Voz da Unidade*. São Paulo, nº 335, 06/03/1987 a 12/03/1987, p. 8.

participação estimada de 3 a 4 mil pessoas, incluindo professores estaduais que encerravam o seu congresso naquele dia³⁶.

Nesta mesma matéria, a *Voz da Unidade* afirma que em algumas cidades, como Porto Alegre, São Luís, Maceió e Rio Branco, a greve geral convocada pela CGT e a CUT foi considerada um sucesso pela direção das duas entidades, que registrou paralisações parciais em Fortaleza, Brasília e Salvador. Mas em São Paulo e no Rio de Janeiro, apesar da adesão de algumas categorias importantes, a greve geral não ocorreu.

Na edição seguinte, há uma melhor caracterização do desenrolar dos eventos em Alagoas na jornada do dia 20 de agosto. O balanço da greve feito pelo comando geral, apontou resultado positivo. A CGT, a CUT, outras entidades dos trabalhadores, com apoio de partidos políticos, do movimento estudantil e entidades da sociedade civil encaminharam a greve, que foi considerada vitoriosa em Alagoas porque “o Estado, dominado pelo latifúndio e pelo poder econômico concentrado, procura inibir e até proibir as reivindicações populares”³⁷.

A rede bancária estadual não funcionou e o comércio praticamente não abriu e as lojas que insistiram em ficar abertas na parte da tarde, no centro da capital alagoana, não tinham compradores. A repressão do aparato de segurança foi aguda, com a Polícia Militar prendendo 16 lideranças, que foram ouvidas na Polícia Federal e liberadas no começo da tarde. Às 16 horas, foi realizado ato público em frente à Assembleia Legislativa do Estado.

De acordo com o articulista, o governador Fernando Collor, que na véspera da greve recebera comissão integrada por CUT, CGT, PCB e PCdoB, comprometeu-se que não haveria repressão, entretanto, viajou no dia da greve geral e sua polícia bateu e prendeu lideranças, inclusive Ênio Lins, presidente do PCdoB, que faz parte do Conselho Político do Governo de Alagoas.

A matéria conclui afirmando que o PCB alagoano participou ativamente nas mobilizações e apoio a greve geral. Ao lado dos trabalhadores e de outros partidos, militantes e dirigentes comunistas reforçaram os chamados arrastões para fechar as lojas no centro da cidade. O dirigente estadual Geraldo Majella e o vereador Freitas Neto, do PCB, falaram em nome do Partido, juntamente com outras agremiações políticas e parlamentares, destacando-se entre outros o deputado federal Eduardo Bonfim, do PCdoB, deputados

³⁶ “Muitos protestos e paralisações na jornada do dia 20” *Voz da Unidade*. São Paulo, nº 359, 21/08/1987 a 27/08/1987, p. 20.

³⁷ “Em Alagoas movimento foi bem-sucedido” In: *Voz da Unidade*. São Paulo, nº 360, 28/08/1987 a 03/09/1987, p. 10-II.

estaduais Sabino Romariz e Manoel Lins Pinheiro, ambos do PDT, João Neto, do PSB, Euclides Mello, do PMDB, e vereadores Edberto Ticianelli e Jared Vianna, do PCdoB.

Concordamos com Marco Aurélio Santana quando este aponta que os anos 1980 tornaram-se o palco de uma série de movimentações grevistas, consolidando-se a ascensão do movimento sindical brasileiro:

A pujança dos movimentos ocorridos na década de 1980 estampa-se nas mais de 6.500 greves que podem ser contabilizadas ao longo daqueles anos. Nesses termos, o movimento sindical brasileiro foi se consolidando como elemento importante não só na luta pelos direitos dos trabalhadores, mas também em sua inserção nas definições do processo de transição democrática então em curso, em uma trajetória que não se fez sem dilemas e percalços (SANTANA, 2010, Op. cit., p. 299).

Na contracorrente desse movimento temos o PCB se debatendo numa série de impasses quanto ao lugar que aspirava ocupar – e o que ocupava de fato no movimento dos trabalhadores brasileiros. Os debates conflitantes nas páginas da *Voz da Unidade* pareciam pôr em xeque a mensagem propalada pela instância dirigente, da perene “linha acertada e correta” seguida pelo Partido. Em Alagoas, as coisas caminhavam de uma forma diferente, para pior, dado a pouca capacidade de influir nas lutas dos trabalhadores.

A questão central: entre a CGT e a CUT

A década de 1980 assistiu ao intenso fortalecimento da CUT. O projeto da central foi se consolidando e passou a hegemonizar o movimento sindical brasileiro. Contrariando as perspectivas comunistas ela não se tornou pura e simplesmente o braço sindical do PT, o que, na teoria limitaria seus passos e sua existência (SANTANA, 2001, Op. cit., p. 247). Isso foi garantido não só pela participação de militantes do PDT, como também pela própria postura e dificuldade do PT. O partido defendeu, insistentemente, a autonomia do movimento sindical. No campo do movimento estrutural da CUT, as projeções comunistas também não pareciam ter sido as mais acertadas. A aposta da CUT em uma estratégia de enfrentamento e seu intenso trabalho por uma nova política sindical, associados, fizeram com que essa central tivesse um crescimento acelerado e consistente em todo o território nacional e diferenciadas categorias profissionais.

Com o sindicalismo da CUT avançando rapidamente, os comunistas, ainda que continuassem com um certo apelo a unidade, indicavam claramente que os caminhos dos

setores envolvidos no movimento sindical seriam diferentes. Assim é que se integraram na criação da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), criada em março de 1986 e que, a partir de 1988, passou a se chamar Confederação Geral dos Trabalhadores. Embora buscassem a hegemonia no interior da intersindical, os pecebistas não tiveram vida fácil dentro dela. O PCB iria paulatinamente perder os espaços na CGT para a aliança que produziria o chamado “sindicalismo de resultados”. Diante dos avanços daquele setor, o PCdoB se desligou da central.

Segundo Leôncio Martins Rodrigues, a CGT, desde a sua fundação, teve muita dificuldade para atuar como uma central sindical:

Faltou-lhe, para tanto, um projeto e certa homogeneidade interna capaz de atrair militantes e mobilizar forças. Em larga medida, sua formação foi quase uma atitude de defesa diante da presença de uma entidade adversária com uma atuação agressiva e disposta a ser na prática e não apenas no nome, a única central brasileira (RODRIGUES, Op. cit., p. 37).

Ainda de acordo com Rodrigues, a heterogeneidade interna da CGT tornava difícil reunir sindicatos, federações e confederações em torno de um programa comum que pudesse servir, de algum modo, como uma orientação para a atuação da central. No seu interior, digladiavam-se tendências separadas por divergências muito profundas: PCB, PCdoB, MR-8 e mais a corrente supracitada do sindicalismo de resultados, a qual, ao assumir explicitamente a defesa da economia de mercado, rompia com uma longa tradição de tipo corporativo, nacionalista, socialista ou comunista predominante no interior dos setores militantes do sindicalismo brasileiro. Seguindo esse raciocínio, era, pois, uma questão de tempo que o conflito entre o sindicalismo de resultados e os comunistas do PCB e do PCdoB tornar-se inevitável.

Marco Aurélio Santana afirma que no campo sindical, ao longo da década, o caminho que levará os pecebistas a uma aproximação com os setores combativos será cheio de obstáculos. O PCB tentou, enquanto pôde, suturar a divisão existente no movimento sindical. Assim, apesar das divergências e discordâncias, o Partido tentou articular novamente a unidade no sindicalismo tupiniquim. Dessa forma, tentou trabalhar pela unificação sem perder de vista as limitações as quais percebia nos dois blocos existentes (SANTANA, 2001, Op. cit., p. 265).

No âmbito do PCB, o debate sobre a CUT se tornou predominante a partir depois de 1986, com a *Voz da Unidade* dando um amplo espaço para artigos que se posicionavam tanto contra quanto a favor do estreitamento dos laços entre o Partido e a CUT. Nas linhas que seguem, apresentaremos como a contenda foi desenvolvida no âmago pecebista explorando os ativos sindicais produzidos a partir de 1989. Em março de 1989, foram organizadas reuniões por todas as regiões do país cujo objetivo principal era discussão da política sindical do PCB. Naquela ocasião, a Direção Regional do Rio de Janeiro e as plenárias das conferências de Minas Gerais e Pernambuco decidiram que a melhor saída era a entrada na CUT. Além disso, uma resolução da Regional de Alagoas, adotada antes mesmo da publicação dos documentos, recomendava que seus militantes dessem preferências a atuar naquela central³⁸.

De acordo com o documento, nesses encontros, as questões e propostas do Partido, previamente publicadas, sequer foram tocadas. Salvo intervenções pontuais, o temático CUT/CGT foi dominante. Muitas eram as críticas aos documentos, considerados insuficientes, pobres e sem perspectivas. Falta de apreciação do movimento sindical internacional e indicação de como o sindicalismo brasileiro atuar com ele era um ponto basilar. Os militantes das regionais cobravam das direções um trabalho permanente de transmissão da política, orientação e de cursos de formação sindical.

Uma sonora maioria das intervenções indicava que os pecebistas deveria atuar na CUT, sob o argumento de que ela compreendia os seguimentos do proletariado vinculado aos setores de ponta da economia e que era a central mais combativa e a referência dos trabalhadores brasileiros e do movimento sindical internacional. As opiniões contrárias – frisadas como minoritárias - argumentavam que a CUT era a extensão do PT, ademais ser corporativista e excludente. Houve quem alertasse que uma decisão naquele momento de ir para a CUT poderia ser desastrosa para a campanha presidencial de Roberto Freire.

Quem defendia a posição dos documentos sustentava que a maioria dos sindicatos que optavam pela criação de centrais via a maioria dos trabalhadores ou ignorá-las ou ser indiferente à sua existência. Houve também defesa da central própria. Essa solução advinha do problema de que os pecebistas jamais conseguiriam implantar a sua política em qualquer outra central já controlada por outra força.

³⁸ RESUMO DO BALANÇO DOS ATIVOS E DEBATES SOBRE OS DOCUMENTOS SINDICAIS DA COMISSÃO EXECUTIVA, PUBLICADOS NA VOZ Nº. 449. Publicação do Departamento Trabalhista Nacional do PCB. Rio de Janeiro (local provável), março de 1989 In: Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro – AMORJ, Fundo Partido Comunista Brasileiro - PCB.

Sobre os debates, o Departamento Trabalhista Nacional deduziu que havia muita incompreensão sobre a política e, sobretudo, o papel do Partido. Faltava conhecimento político e teórico, além de outras questões:

- b) A Direção Nacional é culpada de tudo que se considera errado. Até mesmo o pequeno interesse pelos debates foi debitado à DN por ter suspenso a Conferência Sindical.
- c) A Direção (DN) impede o partido de ir para a CUT e de aliar-se às forças de esquerda. E a não definição por uma central é porque a DN estimula nossa permanência na CGT.
- d) Pouquíssimo espírito autocrítico. Pouco debate sobre concepções e programa políticos. As propostas dos documentos e as poucas manifestações em sua defesa foram sufocadas por um verbalismo pouco politizado e, às vezes, agressivo³⁹.

Para os participantes dos encontros, o caminho estava posto: “Fora da CUT e das esquerdas não há salvação” assinala a contragosto o documento, ao mesmo tempo que vislumbra a consequência dessa opção: “a Unidade dos trabalhadores deixa de ser um valor supremo para os comunistas. As questões menores tomam lugar dos princípios”. Em sua conclusão demonstra que os ativos pouco serviram de tribunas para a troca fraterna de experiências. Foram uma caricatura antecipada do embate do vindouro IX Congresso. O inexpressivo número de contribuições para a “Tribuna de Debates” e a movimentação orgânica do Partido para discutir os documentos, não corresponderam ao que parecia ser um clamor partidário para discutir a questão sindical.

Longe de criar uma perspectiva de trabalho comunista nas empresas, os ativos foram dominados pela expectativa da política a ser adotada pela Direção Nacional. A política, nesse caso, não se relacionava as propostas do Partido para o movimento sindical, pela plataforma de trabalho comunista dos documentos e, muito menos, pelos estudos das transformações na economia, das formas de produção e seus reflexos na composição da classe operária e nos trabalhadores, em geral. A expectativa era se iriam ou não para a CUT.

Pelo teor da queixa desse resumo, não assinado, diga-se de passagem, podemos divisar um ponto interessante: o abismo entre as aspirações dos órgãos dirigentes nacionais e a base da militância que participou dos encontros. Para os primeiros, a linha partidária

³⁹ Idem.

continuava acertada, ainda que os efeitos práticos mostrassem o tamanho do seu equívoco; para esses, os responsáveis pelos inexpressivos resultados no movimento sindical era o conjunto da militância, ou por não entender ou por não aplicar as deliberações previamente aprovadas. Para a base, que muito provavelmente vivia o cotidiano do movimento dos trabalhadores, a opção pela CUT era uma tarefa urgente a qual a Direção Nacional relutava em sancionar e disso decorria a lenta agonia do PCB na esfera sindical.

Como esses encontros foram inicialmente sediados no eixo Rio-São Paulo, posteriormente os membros do DTN viajaram para todas as regiões do país para discutir a execução do programa deliberado. Em São Paulo, em julho de 1989, compareceram aproximadamente 48 pessoas, dentre os quais 12 dirigentes sindicais dos serviços públicos e das empresas privadas. Alguns dos dirigentes do PCB presentes foram Frei Chico, Antônio Rezk, Francisco Almeida e Lyndolpho Silva.

A pauta central era a questão das centrais, CUT e CGT. Na discussão, foi apontado como erro a insistência que os sindicalistas comunistas deveriam trabalhar nas centrais existentes, já que em nenhuma delas conseguiriam dar passos significativos na aplicação de sua política. Por essa via a unidade orgânica ou de ação dos trabalhadores jamais seria alcançada. O melhor caminho de acordo com a política e os princípios pecebistas era a criação da sua própria central⁴⁰.

Ressaltou-se ainda a necessidade da particularização da linha política e da orientação sindical do Partido à realidade do lugar onde atuavam os comunistas. Em contrapartida, Era preciso reforçar a disciplina da militância do Partido na atividade sindical. Visivelmente se colocava a questão de que o entendimento da discussão atual, no seio do Partido, não poderia ser priorizada a nível das centrais sindicais, mas sim na elaboração de um projeto de política sindical que viabilizasse a inserção junto às massas, em compasso com avanços que conduzissem ao socialismo.

Os espaços deveriam ser conquistados e, isso se tornaria possível, na medida em que cada militante do Partido tivesse clareza da linha partidária e colocasse em prática uma ação efetiva e constante. Se se apresentassem nas portas das fábricas e nas lutas sindicais os espaços apareceriam. O que transparece de toda é discussão, é que os seus elaboradores entendiam que a debilidade do PCB no movimento sindical se dava por uma falta de comunicação ou entendimento entre a instância dirigente, a quem cabia a elaboração da

⁴⁰ ATIVO SINDICAL REGIONAL DO PCB PARA A DISCUSSÃO DOS DOCUMENTOS SINDICAIS PUBLICADOS NA EDIÇÃO No. 449 DA VOZ DA UNIDADE. Publicação Lyndolpho Silva. São Paulo, 29 de julho de 1989 In: AMORJ, PCB.

linha política, e o contingente da militância, que por desconhecer o conteúdo programático pecebista, facilmente incorria em erros que custavam caro a inserção sindical da agremiação.

Por isso, foi estipulado que uma melhor definição do projeto sindical do PCB ajudaria seus militantes a ter maior clareza e firmeza na execução das tarefas que se faziam prementes à inserção sindical. Também se anteviu o desenvolvimento de um plano de ação visando a formação de quadros através dos órgãos do Partido, embasando assim os atuais e futuros militantes e dirigentes sindicais para despontarem como lideranças sindicais. Sobre as alianças no meio sindical, estas seriam pautadas pelas características de cada região e local, contudo sempre levando em conta a linha partidária.

Outra proposta aventada, dizia respeito ao reconhecimento da importância e necessidade de que fosse implementado o Fórum Sindical, não só para discussão ampla e democrática dos interesses dos trabalhadores, mas também como elemento que se institucionalizasse na garantia dos seus direitos. Esse Fórum, uma vez viabilizado, não deveria assumir caráter de “partidarização”. O princípio era de que no Fórum todos aqueles que assumissem as lutas dos trabalhadores e a defesa dos interesses sindicais eram aliados, independentemente dos projetos partidários que se engendrassem por trás de cada um deles, incentivando a participação mais ampla possível. Como recomendação, a reiteração de que todo filiado do Partido se tornasse também filiado a um sindicato, considerando logicamente as particularidades de cada trabalhador ou profissional liberal.

Na conclusão desse Ativo, ficou premente a preocupação com o isolamento e a falta de organização dos militantes no espectro sindical. Ao PCB urgia uma postura mais arrojada na sua luta, tanto sindical como na política geral.

Segundo Fabrício Pereira da Silva, a polêmica acerca da atuação sindical do PCB, que se arrastou por toda a década de 1980, sendo abafada em vários momentos, se tornara inadiável no final da década. A realidade havia demonstrado o equívoco da atuação do partido junto aos setores mais conservadores do movimento sindical. A CGT (na qual os comunistas buscavam levar adiante sua política de “unidade”) servira de “celeiro” a um “sindicalismo de resultados”, em tudo diferente do que o partido defendia. A hegemonia da central, que esperavam conquistar derrotando os *tradicionais*, havia passado para as mãos de setores novos, forças conservadoras *modernas*, adaptadas à nova realidade do país. Estas afastaram da central tanto os *tradicionais* quanto os pecebistas (ironicamente companheiros dos “pelegos” também na derrota). Por seu turno, a atuação *prática* da CUT (naquele momento consolidada como central hegemônica, contrariando as previsões de muitos do PCB de que ela não teria vida longa) já não diferia muito daquilo que o próprio Partido

defendia para o movimento sindical. Ao mesmo tempo, a central vinha perdendo em “combatividade”. Ainda de acordo com o autor,

De qualquer forma, se é possível afirmar que a atuação na CUT seria desde o início o caminho mais correto para o PCB, naquele momento ela se configurava enquanto única alternativa viável. Mesmo assim, a questão ainda demorou a ser definida. Militantes do PCB nos últimos anos já vinham atuando em sindicatos cutistas, algo imposto até mesmo pela necessidade. A história da atuação sindical pecebista naquela década é basicamente uma sucessão de derrotas: a perda de vários sindicatos (alguns tradicionalmente controlados por pecebistas) para setores cutistas que depois os filiavam à central, bem como a predileção dos novos sindicatos progressistas que surgiam pela filiação à CUT. Os espaços dos pecebistas se reduziam na CGT, mas principalmente fora dela (SILVA, 2005, p. 133).

A partir do “racha” da CGT, a direção sindical pecebista buscou ainda uma “solução intermediária”: a atuação “equidistante” do partido, sem a opção definitiva por uma das centrais. Tal “solução” perdurou oficialmente até 1990, mas na prática os setores cutistas do PCB já eram amplamente majoritários, e a luta pela entrada na central acabou saindo vitoriosa do Encontro Nacional de Sindicalistas do PCB (Praia Grande, SP, 20 e 21 de outubro de 1990). Nele, finalmente optou-se pelo abandono da “política de equidistância” e pela atuação na CUT, decisão tomada por ampla maioria (apesar de alguns resistentes, argumentando que aquela reunião não tinha caráter deliberativo, tendo sido convocada apenas para discutir a crise vivida pelo partido e a eleição de sua direção sindical). De fato, os setores cutistas, cansados de indefinição e certos de sua maioria, impuseram a discussão e votação daquela proposta – numa espécie de “rebelião” das bases.

A polêmica ainda se arrastou por algum tempo, até que a direção do partido referendasse a decisão (em janeiro de 1991). Foi de fato uma vitória dos setores “à esquerda” do partido, mas na prática tal decisão não passava de “letra-morta”. Apesar da atuação na CUT estar agora oficializada, o grau de dissensão no PCB era tal que alguns militantes permaneceram na CGT e muitos participaram das articulações para a fundação da Força Sindical. Àquela altura, as divisões no partido se mantinham e se aprofundavam independentemente da posição oficial que fosse tomada. Só mudavam os “transgressores”. Um ano depois, oficialmente nem haveria mais partido. Era a solução encontrada pela

maioria para superar aquela crise sem precedentes – potencializada (a um nível insuportável para muitos) pelo rápido e surpreendente colapso do “socialismo real”.

Referências bibliográficas

- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: Edusc, 2005.
- ANTUNES, Ricardo e SANTANA, Marco Aurélio. Para onde foi o “novo sindicalismo”? Caminhos e descaminhos de uma prática sindical In: REIS FILHO, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- COSTA, Rodrigo José. Trabalhadores, greves, campanhas e repressão em Alagoas (1961-1964)” In: *Revista Mundos do Trabalho*. Vol. 5, n. 10, julho-dezembro de 2013, p. 125-144.
- MAJELLA, Geraldo de. *Um jornalista em defesa da liberdade*. Recife: Bagaço, 2014.
- MOURA, Anderson Vieira. *Comunistas e trabalhadores urbanos em Alagoas (1951-1961)*. Dissertação (Mestrado em História). PPGH-UFPE, Recife, 2012.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. Tendências políticas na formação das centrais sindicais In: BOITO Jr., Armando [et. al.]. *O Sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990 In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (O Brasil Republicano; v. 4)
- SANTANA, Marco Aurélio e ANTUNES, Ricardo. O PCB, os trabalhadores e o sindicalismo In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo (orgs.). *História do Marxismo do Brasil*. Volume 6. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.
- SILVA, Fabrício Pereira. *Utopia dividida: crise e extinção do PCB (1979-1992)*. Dissertação (Mestrado em História). PPGH-UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.



Recebido: 30 de agosto de 2018

Aprovado: 08 de março de 2019